



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

centro de estudos sobre áfrica

COLECÇÃO "DOCUMENTOS DE TRABALHO" nº 5

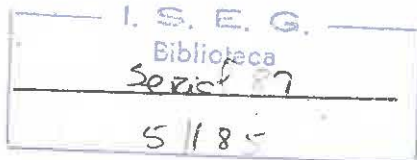
RUI NEVES DA COSTA RODRIGUES

República da Guiné Bissau:
Algumas reflexões sobre perspectivas dos seus níveis
de Desenvolvimento Económico-Social através de
um modelo de simulação

1985

AL 89

35



OS TRABALHOS REPRODUZIDOS NESTA
COLECCÃO SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES. O C.E.S.A.
NÃO CONFIRMA NEM INFIRMA QUAISQUER
OPINIÕES NELES EXPRESSAS.

A P R E S E N T A Ç Ã O

O Professor Rui Rodrigues é Doutorado pela Universidade de Madrid e Agregado em Ciências Económicas, especialidade das Regiões Tropicais, pelas Universidades portuguesas.

Foi director da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo) em 1975-78 e Professor Visitante da Universidade de Luanda em 1980.

Actualmente é Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Economia e Gestão da Universidade do Minho e Presidente da Comissão Científica do mesmo Departamento.

O Prof. Rui Rodrigues é igualmente membro-correspondente do "Centro de Estudos Sobre África" (CESA) do I.S.E.

ISE, Julho de 1985

A Comissão Coordenadora do C.E.S.A.



1- INTRODUÇÃO (1)

1.1.- Desenvolvimento como facto global

Sempre que se tenta formular uma política de desenvolvimento nos países ditos subdesenvolvidos, depara-se com uma série de problemas que transcendem o sector exclusivamente económico: são os aspectos sociais e políticos, mais propriamente institucionais que também condicionam a estrutura global, tomando um papel "quase" dominante na formação de uma totalidade social concretamente determinada.

Preocupados com os aspectos económicos, os dirigentes debruçam-se quase que exclusivamente sobre os problemas de industrialização ou não industrialização, modernização da agricultura, questões monetárias, estratégia do financiamento, etc.

Já Bert Hoselitz, na sua análise sociológica do desenvolvimento, constata que a interacção havida entre a actividade econó

(1) - PASSIM: RODRIGUES, Rui Neves da Costa

"As tendências Assimétricas do Desenvolvimento Económico Moçambicano"
Universidade do Maputo, Maputo, 1970.

mica e a organização social, tem sido pouco explorada, não se podendo dizer, continua, que seja resultante da falta de conhecimentos neste sector, pois desde Marx, a interrelação estádios sócio-culturais e desenvolvimento é sobejamente conhecida. Os problemas dos países em desenvolvimento não se resumem aos aspectos económicos, mas sim a um conjunto de sectores interligados, que não permitem um tratamento isolado, aquando de uma planificação geral do desenvolvimento.

Concretamente o problema põe-se perante um contexto económico, social, ideológico e político determinado, em que a abstracção de qualquer daqueles aspectos, não permite um enquadramento global da problemática geral a ser desenvolvida.

A estratégia do desenvolvimento não é pois unicamente de ordem económica; ela é também humana e institucional. As decisões que condicionam as directrizes do desenvolvimento são referidas a linhas que regem as actividades humanas. Por isso se impõe a adaptação aos quadros locais toda a planificação, evitando a atitude quase sistemática de uma simples cópia do que se passa nos países industrializados.

Da simples transplantação do sistema económico e produtivo, sem ter em conta os comportamentos, atitudes e valores locais, surgirão normalmente, entraves prejudiciais e limitativos ao desenvolvimento.

São sintomáticas as afirmações que C.P. Kindleberger faz depois de analisar vários relatórios do Banco Mundial: "essencialmente, tratam-se de ensaios de estática comparada. As missões técni

co-econômicas, levam aos países subdesenvolvidos, uma noção do que é uma país desenvolvido. Observam o país subdesenvolvido. Subtraem o último do primeiro. A diferença é o seu programa. A maioria dos membros das missões provêm de países ditos desenvolvidos, com instituições altamente articuladas para a realização de fins sociais, econômicos e políticos. O etnocentrismo conduz inevitavelmente à conclusão de que a maneira de se conseguirem níveis comparáveis de formação de capital de produtividade e de consumo é pela duplicação dessas instituições" (2).

Por outras palavras, numa relação de desenvolvimento este não se pode alhear do contexto social, isto é de uma estrutura, cultura e organização, que informa o tipo ideológico da comunidade em causa e que por conseguinte, o desenvolvimento é um fenómeno social global, intimamente ligado a estímulos e tipos de comportamento, alicerçados por sua vez numa ideologia reformadora que mobilize as insatisfações gerais, num sentido colectivo criador. através de uma acção cooperadora mais intensa, conforme as metas a atingir-se sejam mais ou menos capazes de colmatar as anteriores situações de insatisfação, no campo económico, social e político.

1.2.- Política Económica

Por política económica, poder-se-á entender todo um conjunto de regras e actos que deliberadamente incidem sobre um certo número de estruturas e meios, para atingirem certos fins, fins es-

(2)- Kindleberger, C.P. "Review of Economics and Statistics", Vol.44 - nº2

ses que estarão já estabelecidos por uma dada filosofia econômica, por sua vez intimamente ligada a uma filosofia política.

Na concepção marginalista ou liberal clássica, o sistema econômico seria regido por um conjunto de forças e leis internas que em si próprias esperam encontrar o equilíbrio, ou em caso de crise, encontrar os estabilizadores automáticos que levariam aquele mesmo sistema a um novo equilíbrio. Por outras palavras, na concepção marginalista qualquer intervenção do Estado, deveria ser um acto de carácter excepcional.

Toda esta concepção se baseia, como é óbvio, num conjunto de juízos de valor, quer políticos quer econômicos que se enquadram num dado tipo de relações de produção característicos do modo de produção capitalista.

Em contraposição à intervenção excepcional do Estado, teremos uma política de intervenção contínua e sistemática do mesmo, que por sua vez se baseia em toda uma nova filosofia econômica com novos juízos de valor, quer éticos, quer econômicos, quer políticos.

Noutros termos, teremos no primeiro caso uma política econômica alicerçada numa planificação indicativa. No segundo, estaremos perante uma política econômica que se fundamentará se não no todo pelo menos em parte, numa concepção planificadora imperativa.

Contudo, qualquer que seja a via estabelecida pelo poder político, a finalidade prática a atingir pela respectiva política econômica será promover o desenvolvimento do conjunto.

2- CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO NUM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O problema do desenvolvimento econômico-social, parece ser o ponto crucial da condição humana para as regiões menos desenvolvidas, sobretudo se tivermos em conta o baixo nível de capitação e produto, além do predomínio das atividades primárias. A primazia destas é incontestável. A produção agrícola está centrada e orientada para as necessidades básicas de subsistência, havendo em geral, no caso de excedentes, uma simples transformação local dos produtos já de si pouco variados. Este círculo, que diríamos quase vicioso, não permite a existência de mercados e economias razoavelmente monetarizadas. Daqui que a capacidade de formação de poupanças no sector tradicional agrícola é deveras limitado, pois sendo a capacidade de aforro uma diferença entre o consumo e o rendimento final, e não havendo na generalidade, senão uma produção subsistencial (mórmente em África e Ásia) as possibilidades de propensão ao aforro serão reduzidas. Não poderá portanto a agricultura, ter um papel importante na formação do capital necessário a um investimento deveras significativo. Poderá haver sim como que micro-investimentos na própria agricultura, investimentos esses quase incapazes por si sô de motivar o "take-off" dum processo de desenvolvimento.

Paralelamente, sendo o subdesenvolvimento caracterizado por um dualismo quer no campo econômico quer no social, haverá neste último, o chamado "sector moderno", formado por toda uma população minoritária, localizada nos sectores secundário e terciário, com uma capacidade econômica que lhe permite já o desenvolvimento de uma propensão à poupança. Será neste sector que se poderá iniciar a criação duma poupança necessária à formação do capital para o investimento, talvez capaz de conduzir à saída dos chamados "circuitos viciosos de pobreza", como cita E.CANNAGE⁽¹⁾, responsáveis pelo estado de equilíbrio em estagnação no dizer de diversos autores. RAGNAR NURSKE, por exemplo diz⁽²⁾:

"Talvez as mais importantes relações circulares dessa natureza são as que afectam a acumulação de capital nos países economicamente atrasados. A oferta de capital é governada pela capacidade e desejo de poupar; a procura de capital é governada pelos incentivos ao investimento. Uma relação circular existe por ambos os lados do problema da formação de capital nas áreas do mundo dominado pela pobreza.

Do lado da oferta há a pequena capacidade de poupar, resultante do baixo nível do rendimento real. O baixo nível do rendimento real é um reflexo da baixa produtividade, que seu turno, é devida largamente a escassez de capital. A escassez de capital é um resultado da pequena capacidade de poupar e assim o círculo está fechado.

Do lado da procura, o incentivo ao investimento será

(1)- GANNAGE, E., "ECONOMIA DEL DESARROLLO".

(2)- NURSKE, RAGNAR, in "PROBLEMS OF CAPITAL FORMATION IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES". Ed. Basil Blackwell. Oxford. 1953. -Citado por A. Ramos Pereira in "Economia Política"., Pág. 511-512, Lisboa, 1967.

baixo, por causa do fraco poder de compra da população, que é devido ao seu pequeno rendimento real, que, por sua vez, decorre da baixa produtividade. O baixo nível de produtividade, contudo, é uma consequência do pequeno montante de capital usado na produção, que por seu turno, será causado ao menos parcialmente, pelo fraco incentivo ao investimento."

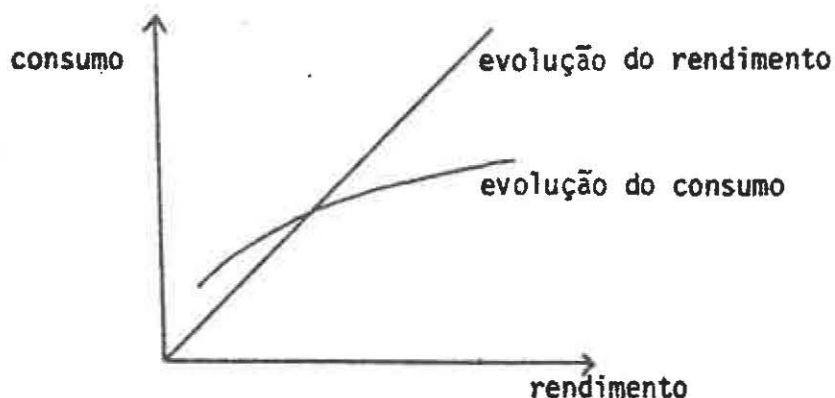
Será em parte como que a aplicação da teoria Keynesiana ao desenvolvimento. A função consumo e função investimento, estão ligadas ao conceito de poupança, havendo relações fundamentais entre estas e o próprio rendimento. De facto a despesa de consumo depende principalmente do nível da renda nacional (Teoria do Rendimento Global). Para KEYNES, havia uma "Ley psicológica fundamental", a de que "los hombres están dispuestos, por regla general y en promedio, a aumentar su consumo a medida que su ingreso crece, aunque no en la misma porción" (3).

Na realidade o consumo (C) é função dum rēdito (Y).

$$C = f (Y)$$

Segundo a lei de KEYNES, se houver um acréscimo de rendimento, haverá um aumento de consumo, mas a partir de certos níveis o aumento deste último não acompanha o acréscimo do primeiro. Simbolizando por D_c e D_y , os acréscimos para o consumo e para o rendimento, ter-se-á que a relação $\frac{D_c}{D_y}$, decrescerá à medida que o rendimento vai aumentando. Aquela fracção que não é mais que uma relação de razões incrementais, dá-se o nome de Prensão Marginal ao Consumo (P.M.C.).

(3)- KEYNES, JHON MAYNARD; "TEORIA GENERAL DE LA OCUPACIÓN, EL INTERÉS Y EL DINERO", Pág.99 - F.C.E., México - B.Aires, 1951.



$$P.M.C. = \frac{D_c}{D_y}$$

Do diferencial havido entre C e Y, haverá uma dada poupança conditionada por uma propensão marginal ao aforro. Por outro lado, a uma poupança possível, corresponde um investimento também possível, isto para um dado espaço. Portanto são na medida em que haja poupança, pública ou privada, se poderá pensar na realização duma formação de capital.

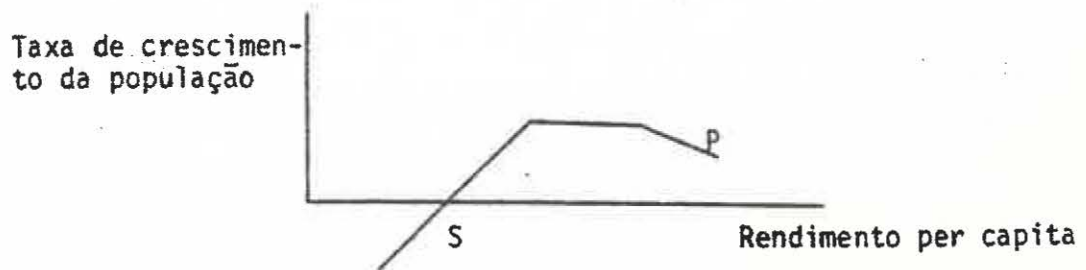
Por sua vez, a poupança também pode ser considerada como uma função do próprio rēdito:

$$POUPAN\cA = f (Y)$$

o que leva a admitir, como propõe KEYNES, que a poupança deverá crescer com o aumento do rendimento.

ELIAS GANNAGÉ, tomando por base esta mesma ideia, relaciona nīveis de rēdito com taxas de crescimento populacional, para demonstrar a existência de círculos viciosos de pobreza. Para ele, o crescimento de população é quase nulo e por vezes mesmo negativo, se os nīveis de ren-

dimento forem demasiado fracos⁽⁴⁾. A um aumento destes, corresponderá uma alta dos níveis de subsistência, e um aumento no crescimento da população, até um máximo biológico, momento a partir do qual descera a taxa de crescimento demográfico.



S - indica o ponto de rendimento suficiente para assegurar a subsistência da população.

O gráfico proposto por E. GANNAGE in "ECONOMIA DEL DESARROLLO", será como que a exemplificação gráfica da teoria da transição demográfica.

Mas voltando à interrelação anterior, significará ela que a um dado nível de rendimentos, não poderá haver aforro, não chegando mesmo por vezes os referidos rēditos, para as necessidades de subsistência. Para GANNAGE, "com escasos nīveles de ingreso todo el produto nacional está afectado a los biens de consumo"⁽⁵⁾, o que equivale a uma poupança nula e a um investimento igual a zero. É a explicação de GANNAGE para o círculo malthusiano de pobreza.

Daqui se poderá concluir que há uma íntima relação entre níveis de rēdito per capita e investimento. Este sō existirá na medida em

(4)- GANNAGE, ELIAS, "ECONOMIA DEL DESARROLLO", Pág. 120

(5)- GANNAGE, E., Obra já citada, Pág. 121.

que aqueles tenham um valor acima do correspondente ao valor das necessidades. Ora constatando, por um lado, que o sector primário é ou parece ser menos capaz de criar um maior bem-estar, pelos seus fracos rendimentos, e que por outro, nos territórios subdesenvolvidos a população activa naquele sector localizada, chega a ultrapassar os 80%, os níveis globais de uma poupança e por conseguinte, de um investimento, são fracos, como que quase bloqueando a possibilidade de um desenvolvimento espontâneo. Isto é mais uma constatação que uma explicação.

3- CUSTOS DO CRESCIMENTO URBANO

É por demais conhecida a incidência do fenômeno urbanístico nos países subdesenvolvidos, movimento que parece irreversível, advindo principalmente de migrações internas. Toda a migração implica um ponto de partida e um de chegada ou destino. Este, em geral, será uma cidade. Como diz AMOS HAWLEY, "la migración parece depender invariablemente de la atracción comparativa de las áreas" (6). Estas massas humanas, são como vítimas do chamado mito urbano. É assim que 10% da população da Ásia, 25% da da América Latina e 6% da população do continente Africano, vive em cidades de mais de 100.000 (7).

A continuação de uma alta taxa de natalidade, sobretudo nas zonas rurais, levará à tendência para uma maior corrente urbanística, com todos os problemas inerentes às carências de infraestruturas urbanas, dos centros a que essas populações se dirijam. Da proliferação e aumento de sordenado das cidades, terá que aparecer um acréscimo nos chamados custos de crescimento urbano. Estes são diversos e por vezes difíceis de uma apreensão imediata, variando também consoante o espaço geo-econômico onde se localiza. Desde custos privados, ligados por exemplo ao preço dos terrenos (sobretudo nos países de economia capitalista), aos "custos publi-

(6)- HAWLEY, AMOS H.: in "Ecologia Humana", Obre citada, Pág.332

(7)- ALBERTINI, J.M.: in "Les Mécanismes du Sous-Développement", Pág.60, Les Ed. Ouvrières, Paris, 1967.

QUADRO - I

NÍVEIS DE URBANIZAÇÃO EM ALGUNS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

	P.N.B. per capita US\$ 1976	População Urbana % 1975
ARGENTINA	1.990	80%
BRASIL	1.140	60%
ARGÉLIA	990	50%
EQUADOR	640	42%
ZAMBIA	440	37%
SENEGAL	390	28%
NIGERIA	380	29%
KÊNIA	240	11%
TANZANIA	180	7%

Fonte: Informe sobre el Desarrollo Mundial, Banco Mundial, 1978.



cos", que constituem a parte mais importante de qualquer processo urbanístico.

Como salienta PIERRE-HENRI DERYCKE⁽⁸⁾, nos custos públicos referentes ao fenómeno urbanístico, há dois aspectos fundamentais a considerar: os investimentos (I.D.) destinados somente à substituição de equipamento, e aqueles outros destinados ao crescimento e melhoria dos citados agrupamentos, sobretudo dirigidos aos "novos habitantes". Os equipamentos tanto podem ser directamente referentes às infraestruturas urbanas como água, gás, electricidade, vias de comunicação, como os chamados "equipamentos colectivos", destinados ao desenvolvimento do bem-estar geral, hospitais, escolas, bibliotecas, etc...

Distinguir-se-ão pois, dois tipos de custos neste campo dos investimentos públicos. Custos de adaptação e custos de crescimento⁽⁹⁾. Os primeiros, corresponderão a uma melhoria e actualização dos serviços públicos já existentes e dirigidos à população tida como que constante. Os segundos, respondem e dirão respeito à extensão dos mesmos serviços, aos "novos habitantes", quer resultantes de um aumento natural da própria população, quer proveniente de fluxos migratórios, mais acentuados no caso das regiões subdesenvolvidas.

A variável fundamental, no custo do crescimento urbano, será como é óbvio o próprio tamanho da aglomeração urbana, embora haja outros factores, como densidade da área ocupada, ecologia, geologia e topografia da área onde a mesma se localizará. Sintomático o Quadro (II), em que se comparam as despesas ordinárias por habitante, referentes aos custos

(8)- DERYCKE, PIERRE-HENRI.: in "L'Economie Urbaine", Pág. 222, P.U.F., Paris

(9)- DERYCKE, PIERRE-HENRI.: in "L'Economie Urbaine", Pág. 223, Obra citada

QUADRO II

DESPESAS ORDINÁRIAS POR HABITANTE, REFERENTES AOS CUSTOS DE URBANIZAÇÃO
E SEGUNDO A GRANDEZA DOS CENTROS URBANOS (COMUNAS) EM FRANÇA
(1962)

TIPOS DE COMUNA	DESPESAS POR HABITANTE (FRANCOS)	INDICES EM RELAÇÃO À MÉDIA NACIONAL
Menos de 5.000 hab.	144,17	65,13
De 5.000 a 10.000 hab.	181,64	82,06
De 10.000 a 20.000 "	196,08	88,58
De 20.000 a 30.000 hab.	209,02	94,47
De 30.000 a 50.000 "	241,64	109,16
De 50.000 a 80.000 "	265,72	120,16
De 80.000 a 100.000 "	291,90	131,90
De 100.000 a 200.000"	279,04	126,06
Mais de 200.000 hab.	262,32	118,50
Cidade de Paris	738,53	333,60
MÉDIA NACIONAL	221,35	100

Fonte: R.MOSSÉ, in "Recherches sur le Coût des Concentrations Urbaines", Université de Grenoble. Citado por Pierre-Henri Derycke, in "L'Économie Urbaine".

de urbanização das comunas francesas, desde-as de menos de 5.000 habitantes até à própria cidade de Paris.

O "gigantismo" urbanístico de Paris, é traduzido pelos custos excepcionalmente altos em comparação com os outros custos urbanos.

Embora em contexto diferenciado do das regiões em foco, julgamos contudo ser possível uma certa indução para o fenómeno urbanístico dos países subdesenvolvidos, no que se refere ao acréscimo dos custos de crescimento urbano, advindos dum forte aumento demográfico. Esta problemática poderia levar também à tentativa de conceptualização do que seria o tamanho óptimo dos centros urbanos, conforme as características de cada espaço geo-sócio-económico. Esta dimensão óptima, assim como uma descentralização urbanística, estará forçosamente ligada a uma "política" de crescimento urbano, que por sua vez está intimamente condicionada pelos níveis da pressão demográfica existente nesse mesmo espaço.

4- RELAÇÃO PRODUTO NACIONAL BRUTO (P.N.B.)/POPULAÇÃO

Dos diversos indicadores macro-econômicos habitualmente utilizados para medir não só grau de desenvolvimento de uma região, mas também do bem-estar duma comunidade, um dos mais significativos é o P.N.B. per capita. Desta capitação, virã a ideia das disponibilidades de cada região, para atender às suas próprias necessidades, assim como da sua capacidade de produção, condicionadora do nível de vida e paralelamente do processo de desenvolvimento econômico. Portanto para esta relação, qualquer variação de P_{pc} é função não só da renda real global, mas também da população P . A um aumento desta, terá que corresponder um maior esforço da comunidade no sentido de elevar o produto global, não só para melhorar o grau de bem-estar da população já existente, mas também para assegurar as mesmas condições aos "novos habitantes". Este esforço será tanto maior quanto mais subdesenvolvida for a região, assim como quanto mais acentuada for a pressão demográfica.

Realcemos de novo, algumas desigualdades existentes neste sector, para diversos países, Quadro (III).

Claro que estas relações entre o P.N.B./População, são mais complexas, pois entram outros factores ou variáveis em conta. Mas a influência da variável demográfica, em que para além do volume e crescimento da

Q U A D R O - III

PRODUTO NACIONAL BRUTO PER CAPITA

Ano de 1977

PAÍSES	P.N.B.Per Capita - (Dólares)
E.U.A.	8 520
CANADÁ	8 460
SUIÇA	9 970
S.SALVADOR	550
EQUADOR	790
INDIA	150
PAQUISTÃO	190
ZAIRE	130
TANZANIA	190

Fonte: Informe sobre el Desarrollo Mundial, 1979, Banco Mundial, Washington, 1979.

população, há também a anotar a sua composição e distribuição, será tomada como a principal condicionante a ser estudada. Por outras palavras, daremos maior importância à dinâmica da população num processo de desenvolvimento.

Para uma demonstração mais cabal, tentaremos elaborar um modelo demográfico-económico simples; este será como que um sistema dinâmico

em que as variáveis a ter em conta serão:

P.N.B.

P.N.B. per capita

População

Taxa de crescimento demográfico

Investimentos Totais

Investimentos Demográficos

Investimentos Económicos

Este sistema dinâmico, permitir-nos-á, não só uma representação gráfica, mas também numérica das diversas relações possíveis, conforme cada hipótese estabelecida. O crescimento será exponencial, pois aumenta normalmente através de uma taxa constante, num dado intervalo de tempo. Um dos exemplos mais claros de crescimento exponencial é o crescimento demográfico. Todo o crescimento exponencial pressupõe um fenómeno dinâmico, em que interveem em interrelação, uma série de elementos, que vão variando ou evoluindo em função do intervalo de tempo considerado. Daqui, o interesse do modelo demográfico-económico, que iremos elaborar e apresentar, para a projecção dos diversos valores, segundo um crescimento exponencial num certo intervalo de tempo.

5- ELABORAÇÃO E COMPORTAMENTO GLOBAL DO MODELO DEMOGRÁFICO-ECONÔMICO

O modelo a apresentar, apesar de simples, conduzir-nos-á a valores que nos permitirão uma representação gráfica e ou numérica, das relações entre as diversas variáveis introduzidas, com maior incidência sobre a taxa de crescimento demográfico, em termos de fácil e rápida apreensão. Mas desde já uma observação se impõe. Estes mesmos gráficos e valores não quererão constituir de modo algum como uma previsão absoluta numericamente falando, mas sim indicações de tendências e respectivas ordens de grandeza, para que poderão evoluir as diferentes hipóteses de modelo em causa. Por outras palavras serão construções hipotéticas, tendenciais, verificando-se somente quando ocorrem certas condições previamente estabelecidas. Estas condições deverão sim confinar aquilo que poderá ser tido como normalidade.

5.1.- Elaboração do Modelo

Já enumeramos anteriormente quais as grandezas consideradas como variáveis:

P.N.B.

P.N.B. per capita

População

Taxa de Crescimento da população

Investimentos Totais

Investimentos Demográficos

Investimentos Económicos

Como valores base, alguns serão obtidos em diversas fontes (10), que por vezes terão de ser extrapolados; outros serão estabelecidos empíricamente, como é o caso dos investimentos demográficos e investimentos totais; para os I.D., adoptar-se-á a relação 3% do P.N.B. para cada 1% da taxa de crescimento populacional; como coeficiente capital marginal, trabalhar-se-á com a relação 3 para 1.

O comportamento global da interrelação destas variáveis, para cada hipótese e cada espaço geo-sócio-económico, será efectuado por um ordenador electrónico, e as projecções a obter cobrirão um período de 30/40 anos.

Estabelêcer-se-ão duas hipóteses. A primeira referir-se-á ao comportamento do modelo global com uma taxa de crescimento populacional estabilizada com os valores do ano de 1977. Na segunda hipótese, o comportamento global projectado será diferente, pois pressupõe-se uma planificação da natalidade, que modificará logo de início a variável - taxa de crescimento da população -, o que consequentemente provocará variações no sistema dinâmico estabelecido.

(11) - Fontes: Informe sobre el Desarrollo Mundial, 1979, Washington, Anuário das Estatísticas das Contas Nacionais das Nações Unidas.

5.2.- Funcionamento do Modelo

Partindo-se de uma base, com um dado P.N.B., e sabendo-se a taxa de crescimento populacional, ver-se-á o seu efeito sobre o P.N.B. dentro das seguintes condições:

- A)- A cada 1% do crescimento da população, corresponderá 3% do P.N.B.. Serão os Investimentos Demográficos (I.D.).
- B)- O Coeficiente Capital-Produto será de 3/1.
- C)- Os Investimentos totais serão referidos a uma percentagem X do P.N.B. (I.T.), que varia com acréscimos constantes a estabelecer para cada país até ao limite estabilizado em 25% em todos os casos, a partir do ano 1999.
- D)- Pressupõe-se que os efeitos dos I.D. no P.N.B., serão imediatamente nulos.
- E)- Os valores monetários serão referidos a valores constantes de 1977. (Dólares E.U.A.).
- F)- As hipóteses serão duas, a saber:

Hipótese 1

Taxa de crescimento populacional estabilizada com os valores do ano 1977.

Hipótese 2

A taxa de crescimento populacional desceria gradualmente em toda a região considerada para o valor de 1,5%, entre 1977-1987. Depois de 1987, até ao ano

2000/2020 considerar-se-ia estabilizada em 1,5% ao ano.

País/Região

HIPÓTESE 1

REGIÃO	POPULAÇÃO (1977)	Taxa de crescimento Popu- lacional Média-Anual (1970/1977)	P.N.B. per capita (1977) dólares	I.T. em % ao ano P.N.B. (1977)	P.N.B. dólares
Rep. da Gui- né-Bissau	0,548x10 ⁶	2,3	280	14	140x10 ⁶

HIPÓTESE 2

A diferença será referida unicamente ao abaixamen-
to da taxa de crescimento populacional, segundo o ritmo já
estabelecido. Todos os outros valores permanecerão idênticos.

5.3.- Projeções obtidas no Ordenador Electrónico

Incluem-se de seguida os valores obtidos pelas pro-
jecções até ao ano 2020, segundo as hipóteses estabelecidas.

5.4.- Interpretação dos resultados do Modelo

Depois das projecções apresentadas será a altura

MODELO DEMOGRÁFICO-ECONÓMICO A SER INTRODIZIDO NUM ORDENADOR ELECTRÓNICO

PROJECCIONES ATÉ AO ANO 2020

HIPÓTESE 1 - TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ESTABILIZADA COM OS VALORES DO ANO 1977

Ø	A	B	C	K	D	E	F	G	H
REGIÃO	ANO	P.N.B.	P.N.B. Per capita	I.E.	I.T. % do P.N.B.	RELAÇÃO C/P	RELAÇÃO I.D./P.N.B. % 3/1	POPULAÇÃO	TAXA Crescimento Populacional

HIPÓTESE 2 - A TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DESCERIA EM TODA A REGIÃO CONSIDERADA , PARA O VALOR DE 1,5 % , ENTRE 1977/87. DEPOIS DE 1987, ATÉ AO ANO 2020, A TAXA CONSIDERAR-SE-IA ESTABILIZADA EM 1,5 % AO ANO.

NOTAS: C/P - Relação Capital/Protudo

I/D - Investimentos Demográficos

I.T.- Investimentos Totais

I.E.- Investimentos Económicos

P.N.B.- Produto Nacional Bruto

de se fazerem comparações das ordens de grandeza obtidas através do modelo, que como modelo de simulação que é fornece valores que traduzem somente tendências.

As respostas são diferentes conforme a hipótese considerada (I e II), chamando-se a atenção para os quadros onde se sintetizam os valores quinquenais quer para a população, quer para o P.N.B. per capita.

Na hipótese I, a população regista os seguintes números:

passou de $0,5 \times 10^6$ hab. a $1,3 \times 10^6$ hab.

Quanto ao P.N.B., per capita, a evolução foi de (dólares E.U.A.) 280 para 905,8.

Nesta hipótese o sistema acusa sem dúvida acréscimos fortes da população para a República da Guiné-Bissau, correspondendo paralelamente acréscimos fracos no que diz respeito ao P.N.B., per capita.

Não se pôde deixar de relembrar, que estes números se referem a valores monetários constantes de 1977, sem entrar em conta portanto com qualquer movimento inflacionista.

Observando agora, o quadro referente à hipótese II, encontram-se valores mais altos, no que diz respeito ao P.N.B.

As evoluções registadas foram: A população passou de $0,5 \times 10^6$ hab. para $0,98 \times 10^6$ hab. O P.N.B., per capita respectivo evoluiu de 280 para 1639 dólares (E.U.A.).

Neste sector os valores encontrados são nítidamente mais positivos, pois os acréscimos são mais significativos.

Todos estes números parecem querer mostrar para a variável demográfica, uma certa importância como força condicionante, no comportamento global do modelo, para certos contextos sócio-económicos.

Toda esta posição envolve como é óbvio, todo um conjunto de pressuposições que continuam a merecer a nossa reflexão, mas que de qualquer maneira, não nos impedem de considerar por outro lado, o subdesenvolvimento como um "produto" histórico, e como tal "os fenómenos do mundo subdesenvolvido não podem ser completamente compreendidos sem a revelação dos fenómenos do mundo desenvolvido"⁽¹¹⁾.

Concomitantemente, não deixando de reconhecer, que o modelo elaborado, se baseia operacionalmente, numa teoria do desenvolvimento, em que o primado é colocado na dinâmica havida entre a acumulação de capital e o crescimento da população sem que contudo nos faça esquecer o carácter de "totalidade" do fenómeno em causa, o subdesenvolvimento.

Em síntese, parece pelo menos poder-se afirmar que conforme o caso em presença, uma dada "situação demográfica" pode ser mais vantajosa ou menos vantajosa, para um processo de desenvolvimento global.

(11)- SZENTES, T., "ECONOMIA POLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO", Pág. 25, Novo Curso Editores, Lisboa, Amadora, 1979.

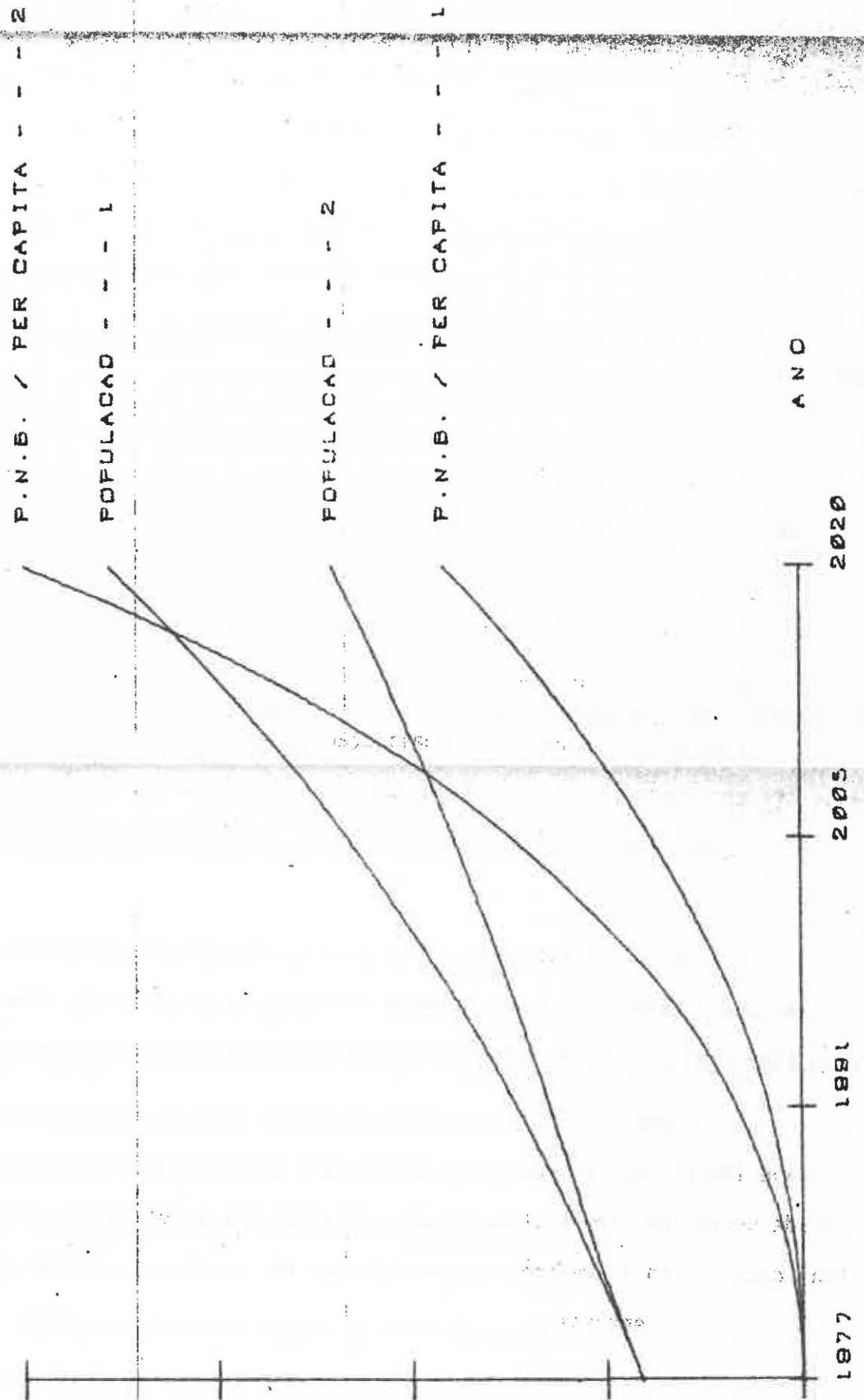
ANO	I.E.	I.T.	C/P 3/1	I.D./P.N.B. 3/1	POPULACAO	T.C. POPULACAO	P.N.B.	P.N.B. PER CAPITA
1977					5.000E+05		1.400E+08	
1978	1.064E+07	2.030E+07	3.546E+06	9.660E+06	5.115E+05	2.3	1.435E+08	280.6
1979	1.162E+07	2.153E+07	3.875E+06	9.904E+06	5.232E+05	2.3	1.474E+08	281.7
1980	1.267E+07	2.285E+07	4.226E+06	1.017E+07	5.352E+05	2.3	1.516E+08	283.2
1981	1.380E+07	2.426E+07	4.600E+06	1.046E+07	5.476E+05	2.3	1.562E+08	285.3
1982	1.499E+07	2.578E+07	4.999E+06	1.078E+07	5.602E+05	2.3	1.612E+08	287.8
1983	1.628E+07	2.741E+07	5.428E+06	1.112E+07	5.730E+05	2.3	1.666E+08	290.8
1984	1.766E+07	2.916E+07	5.889E+06	1.150E+07	5.862E+05	2.3	1.725E+08	294.3
1985	1.915E+07	3.106E+07	6.384E+06	1.190E+07	5.997E+05	2.3	1.789E+08	298.3
1986	2.075E+07	3.310E+07	6.919E+06	1.234E+07	6.135E+05	2.3	1.858E+08	302.9
1987	2.249E+07	3.531E+07	7.496E+06	1.282E+07	6.276E+05	2.3	1.933E+08	308.0
1988	2.436E+07	3.770E+07	8.121E+06	1.334E+07	6.420E+05	2.3	2.014E+08	313.7
1989	2.639E+07	4.029E+07	8.798E+06	1.390E+07	6.568E+05	2.3	2.102E+08	320.1
1990	2.859E+07	4.310E+07	9.533E+06	1.450E+07	6.719E+05	2.3	2.198E+08	327.1
1991	3.099E+07	4.616E+07	1.035E+07	1.516E+07	6.874E+05	2.3	2.301E+08	334.8
1992	3.360E+07	4.948E+07	1.120E+07	1.588E+07	7.032E+05	2.3	2.413E+08	343.2
1993	3.644E+07	5.309E+07	1.214E+07	1.665E+07	7.194E+05	2.3	2.535E+08	352.3
1994	3.954E+07	5.703E+07	1.318E+07	1.749E+07	7.359E+05	2.3	2.660E+08	362.3
1995	4.293E+07	6.133E+07	1.431E+07	1.840E+07	7.528E+05	2.3	2.809E+08	373.2
1996	4.664E+07	6.603E+07	1.554E+07	1.938E+07	7.702E+05	2.3	2.965E+08	385.0
1997	5.070E+07	7.117E+07	1.690E+07	2.046E+07	7.879E+05	2.3	3.134E+08	397.8
1998	5.516E+07	7.679E+07	1.838E+07	2.162E+07	8.060E+05	2.3	3.318E+08	411.6
1999	6.006E+07	8.295E+07	2.003E+07	2.289E+07	8.245E+05	2.3	3.512E+08	426.7
2000	6.538E+07	8.966E+07	2.122E+07	2.427E+07	8.435E+05	2.3	3.730E+08	442.2
2001	6.752E+07	9.327E+07	2.250E+07	2.574E+07	8.629E+05	2.3	3.955E+08	458.4
2002	7.160E+07	9.833E+07	2.386E+07	2.729E+07	8.827E+05	2.3	4.194E+08	475.1
2003	7.592E+07	1.042E+08	2.530E+07	2.804E+07	9.031E+05	2.3	4.447E+08	492.4
2004	8.050E+07	1.111E+08	2.683E+07	2.968E+07	9.233E+05	2.3	4.716E+08	510.4
2005	8.536E+07	1.179E+08	2.845E+07	3.254E+07	9.451E+05	2.3	5.000E+08	529.0
2006	9.051E+07	1.250E+08	3.017E+07	3.450E+07	9.688E+05	2.3	5.302E+08	548.4
2007	9.597E+07	1.325E+08	3.199E+07	3.658E+07	9.890E+05	2.3	5.622E+08	568.4
2008	1.017E+08	1.405E+08	3.392E+07	3.879E+07	1.011E+06	2.3	5.961E+08	589.1
2009	1.079E+08	1.490E+08	3.596E+07	4.113E+07	1.035E+06	2.3	6.321E+08	610.6
2010	1.144E+08	1.580E+08	3.813E+07	4.361E+07	1.058E+06	2.3	6.702E+08	632.9
2011	1.213E+08	1.675E+08	4.043E+07	4.624E+07	1.083E+06	2.3	7.106E+08	656.0
2012	1.286E+08	1.776E+08	4.287E+07	4.903E+07	1.108E+06	2.3	7.535E+08	679.9
2013	1.363E+08	1.883E+08	4.548E+07	5.199E+07	1.133E+06	2.3	7.990E+08	704.7
2014	1.446E+08	1.997E+08	4.820E+07	5.513E+07	1.159E+06	2.3	8.472E+08	730.5
2015	1.533E+08	2.112E+08	5.111E+07	5.845E+07	1.186E+06	2.3	8.983E+08	757.1
2016	1.626E+08	2.245E+08	5.420E+07	6.198E+07	1.213E+06	2.3	9.525E+08	784.8
2017	1.724E+08	2.381E+08	5.747E+07	6.572E+07	1.241E+06	2.3	1.010E+09	813.4
2018	1.828E+08	2.525E+08	6.093E+07	6.969E+07	1.270E+06	2.3	1.070E+09	843.1
2019	1.938E+08	2.677E+08	6.461E+07	7.399E+07	1.299E+06	2.3	1.135E+09	873.9
2020	2.055E+08	2.836E+08	6.851E+07	7.855E+07	1.329E+06	2.3	1.204E+09	905.8

ANO	I.K.	I.T.	C/P 3/1	I.D./P.N.B. 3/1	POPULACAO	T.C. POPULACAO	P.N.B.	P.N.B. PER CAPITA
1977					5,000E+05		1,400E+08	
1978	1,097E+07	2,030E+07	3,658E+06	9,324E+06	5,111E+05	2,2	1,436E+08	281,0
1979	1,232E+07	2,154E+07	4,102E+06	9,222E+06	5,220E+05	2,1	1,477E+08	283,0
1980	1,377E+07	2,290E+07	4,590E+06	9,132E+06	5,327E+05	2,0	1,523E+08	285,9
1981	1,532E+07	2,437E+07	5,109E+06	9,050E+06	5,439E+05	1,9	1,574E+08	289,8
1982	1,700E+07	2,598E+07	5,668E+06	8,975E+06	5,536E+05	1,9	1,631E+08	294,6
1983	1,882E+07	2,773E+07	6,275E+06	8,907E+06	5,637E+05	1,8	1,694E+08	300,5
1984	2,080E+07	2,964E+07	6,934E+06	8,843E+06	5,735E+05	1,7	1,763E+08	307,4
1985	2,296E+07	3,174E+07	7,659E+06	8,782E+06	5,830E+05	1,6	1,839E+08	315,5
1986	2,531E+07	3,403E+07	8,439E+06	8,721E+06	5,922E+05	1,5	1,924E+08	324,9
1987	2,790E+07	3,656E+07	9,301E+06	8,659E+06	6,011E+05	1,5	2,017E+08	335,5
1988	3,026E+07	3,933E+07	1,008E+07	9,072E+06	6,101E+05	1,5	2,118E+08	347,1
1989	3,283E+07	4,236E+07	1,094E+07	9,532E+06	6,193E+05	1,5	2,227E+08	359,6
1990	3,564E+07	4,564E+07	1,188E+07	1,002E+07	6,280E+05	1,5	2,346E+08	373,2
1991	3,871E+07	4,927E+07	1,290E+07	1,055E+07	6,380E+05	1,5	2,475E+08	387,9
1992	4,208E+07	5,322E+07	1,402E+07	1,114E+07	6,476E+05	1,5	2,615E+08	403,9
1993	4,577E+07	5,754E+07	1,525E+07	1,177E+07	6,579E+05	1,5	2,768E+08	421,1
1994	4,983E+07	6,223E+07	1,661E+07	1,245E+07	6,672E+05	1,5	2,934E+08	439,8
1995	5,422E+07	6,749E+07	1,809E+07	1,320E+07	6,772E+05	1,5	3,115E+08	460,0
1996	5,919E+07	7,321E+07	1,973E+07	1,401E+07	6,873E+05	1,5	3,312E+08	481,9
1997	6,460E+07	7,950E+07	2,152E+07	1,490E+07	6,973E+05	1,5	3,528E+08	505,7
1998	7,056E+07	8,644E+07	2,352E+07	1,587E+07	7,081E+05	1,5	3,763E+08	531,4
1999	7,714E+07	9,408E+07	2,571E+07	1,693E+07	7,187E+05	1,5	4,020E+08	559,3
2000	8,242E+07	1,005E+08	2,747E+07	1,809E+07	7,291E+05	1,5	4,295E+08	588,7
2001	8,805E+07	1,073E+08	2,935E+07	1,932E+07	7,404E+05	1,5	4,588E+08	619,6
2002	9,407E+07	1,147E+08	3,135E+07	2,064E+07	7,515E+05	1,5	4,902E+08	652,2
2003	1,004E+08	1,225E+08	3,348E+07	2,206E+07	7,626E+05	1,5	5,237E+08	686,5
2004	1,073E+08	1,309E+08	3,578E+07	2,356E+07	7,743E+05	1,5	5,591E+08	722,6
2005	1,147E+08	1,398E+08	3,823E+07	2,517E+07	7,859E+05	1,5	5,977E+08	760,5
2006	1,225E+08	1,494E+08	4,084E+07	2,689E+07	7,977E+05	1,5	6,386E+08	800,5
2007	1,309E+08	1,596E+08	4,363E+07	2,873E+07	8,096E+05	1,5	6,822E+08	842,6
2008	1,398E+08	1,705E+08	4,662E+07	3,070E+07	8,218E+05	1,5	7,288E+08	886,8
2009	1,494E+08	1,822E+08	4,980E+07	3,279E+07	8,341E+05	1,5	7,786E+08	933,4
2010	1,596E+08	1,946E+08	5,320E+07	3,504E+07	8,466E+05	1,5	8,318E+08	982,5
2011	1,705E+08	2,079E+08	5,684E+07	3,743E+07	8,593E+05	1,5	8,887E+08	1034,1
2012	1,821E+08	2,221E+08	6,072E+07	3,999E+07	8,722E+05	1,5	9,494E+08	1088,4
2013	1,946E+08	2,373E+08	6,487E+07	4,272E+07	8,853E+05	1,5	1,014E+09	1145,6
2014	2,079E+08	2,535E+08	6,931E+07	4,564E+07	8,986E+05	1,5	1,083E+09	1209,8
2015	2,221E+08	2,709E+08	7,404E+07	4,876E+07	9,121E+05	1,5	1,157E+09	1269,2
2016	2,373E+08	2,894E+08	7,910E+07	5,209E+07	9,257E+05	1,5	1,236E+09	1335,9
2017	2,535E+08	3,092E+08	8,451E+07	5,565E+07	9,396E+05	1,5	1,321E+09	1406,1
2018	2,709E+08	3,303E+08	9,029E+07	5,945E+07	9,537E+05	1,5	1,411E+09	1480,0
2019	2,894E+08	3,529E+08	9,640E+07	6,352E+07	9,680E+05	1,5	1,508E+09	1557,8
2020	3,092E+08	3,770E+08	1,030E+08	6,780E+07	9,821E+05	1,5	1,611E+09	1639,6

REGIAO . . . GUINE BISSAU

ANO	POPULACAO HIPOTESE 1	POPULACAO HIPOTESE 2	P.N.B. PER CAPITA HIPOTESE 1	P.N.B.* PER CAPITA HIPOTESE 2
1980	5.352E+05	5.327E+05	283.2	285.9
1985	5.997E+05	5.830E+05	298.3	315.5
1990	6.719E+05	6.286E+05	327.1	373.2
1995	7.528E+05	6.772E+05	373.2	460.0
2000	8.435E+05	7.295E+05	442.2	588.7
2005	9.451E+05	7.859E+05	529.0	760.5
2010	1.058E+06	8.466E+05	632.9	982.5
2015	1.186E+06	9.121E+05	757.1	1269.2
2020	1.329E+06	9.825E+05	905.8	1639.6

GUINE BISSAU



6- CONCLUSÃO

Os números apresentados poderão traduzir a presença, patente na maioria dos casos, do primado da economia, aquando duma conceptualização do subdesenvolvimento, posição compreensível, pela dificuldade de quantificação das variáveis extra-económicas, que constituem a totalidade fenomenológica do conceito em questão.

O problema da sua conceptualização objectiva, advem do facto de se tratar essencialmente de uma noção relativa. Falar de subdesenvolvimento pressupõe um elemento de comparação, um modelo de referência.

Uma sociedade subdesenvolvida será aquela que não corresponde a um modelo teórico (estruturalmente falando), ou a um modelo concreto (uma dada sociedade, normalmente uma sociedade industrializada).

Mas neste caso, como elaborar um modelo teórico que defina a sociedade ideal? Não, é senão para evitar esta dificuldade que na generalidade se adopta, implicitamente ou explicitamente a sociedade ocidental como modelo de referência, posição que não traduz, no mínimo, se não um certo etnocentrismo.



Por outro lado, para evitar a referida dificuldade de conceptualização, a maior parte dos autores debruçam-se unicamente sobre o aspecto económico do subdesenvolvimento, esquecendo-se da dialéctica das mudanças quantitativas e qualitativas que acompanham todo o processo de desenvolvimento global.

Mas é dentro daquela óptica, que podemos considerar de operacional, que os autores adoptam uma solução pragmática, através de índices de subdesenvolvimento, ou seja através de indicadores estatísticos, e como diz T. SZENTES, "ninguém pode negar a importância das comparações feitas na base de indicadores estatísticos, nem a da medição das diferenças no nível de desenvolvimento das forças produtivas na perspectiva tanto da economia mundial como da economia nacional" e que assentando em aspectos quantitativos, não se referem nem às semelhanças nem às diferenças qualitativas.

O subdesenvolvimento por definição é um mal. Porquê? A resposta pode ser dada sobre um plano subjectivo ou sobre um plano objectivo.

- a)- Subjectivamente, uma sociedade não será subdesenvolvida na medida em que ele não esteja consciente do seu subdesenvolvimento.
- b)- Sobre o plano objectivo: o que falta objectivamente a uma sociedade dita subdesenvolvida? Só uma filosofia pode responder a esta pergunta.

(1)- SZENTES, T., ECONOMIA POLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO, Novo Curso Editores, Lisboa, 1979, pp.37.

Creemos que é preciso inevitavelmente uma filosofia do progresso para se chegar a uma definição sociológica do desenvolvimento. Mas esta filosofia do progresso e do desenvolvimento deve apoiar-se nas realidades. Tentar definir o progresso isoladamente sobre o plano econômico, sobre o plano social, sobre o plano político, ou sobre o plano cultural, é esquecer-se do seu carácter eminentemente global e histórico.

